



Boletim WRM 258

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Setembro / Outubro 2021

Comunidades resistem à concentração de terras e às plantações de árvores A cúpula do clima 2021 causará mais de ambas!



Indígenas Tupinikim do Brasil retomam o território

Nossa Opinião: A mais recente Cúpula da ONU sobre Apropriação de Terras.....	2
Aprendizagens de lideranças indígenas Tupinikim do Brasil sobre a retomada de seus territórios: uma luta de mais de 40 anos.....	5
A Comunidades locais na Tanzânia continuam enfrentando problemas causadas pelas plantações de árvores da Green Resources.....	13
AGRO é FOGO: Grilagens, Desmatamento e Incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal.....	16
Encontro mesoamericano de comunidades contra o dendê.....	20
Plantações de monocultura de eucaliptos e seringueiras promovem fome nas comunidades rurais...	23

RECOMENDADOS

Em meio à pandemia, invasões de terras e assassinatos de indígenas aumentaram em 2020.....	25
“O debate sobre o clima não é uma questão de moléculas de CO2”.....	25
Vozes de uma plataforma regional do Sudeste Asiático.....	25
Expansão da energia eólica na China e o corte de balsa no Equador.....	26
“Ópio Climático”: Colocando Baleias nos Mercados de Carbono.....	26

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos:

Duas lideranças indígenas Tupinikim do Brasil; a Fundação SUHODE, Tanzânia; quatro mulheres militantes no Brasil que de diferentes espaços estão relacionadas com a Articulação Agro é Fogo; declaração e experiências da Rede Mesoamericana contra o Dendê; e de Moçambique contribuem o Acção Académica Para O Desenvolvimento Das Comunidades Rurais (ADECRU), Justiça Ambiental Moçambique (JA!)/Amigos da Terra - Moçambique, Associação de Jovens Combatentes Montes Errego (AJOCME) e Missão Tabita.

Comunidades resistem à concentração de terras e às plantações de árvores A cúpula do clima 2021 causará mais de ambas!

Nossa Opinião

A mais recente Cúpula da ONU sobre Apropriação de Terras

A Cúpula da ONU sobre Apropriação de Terras, em Glasgow, deixou claro, mais uma vez, que esses espaços nunca promoverão as soluções já existentes para a crise climática. Sua agenda é pré-estabelecida por quem está no poder em busca de mais lucro. À luz desse novo “pacote climático”, mobilizemo-nos em solidariedade às comunidades e aos grupos que resistem às verdadeiras causas do caos climático.

Os líderes mundiais passaram 26 anos discutindo e negociando as chamadas políticas climáticas que claramente agravaram a instabilidade do clima. A realidade ao longo desses anos de aumento do desmatamento e das emissões de gases de efeito estufa mostra que a característica comum da maioria das políticas climáticas internacionais têm sido garantir que os combustíveis fósseis continuem alimentando um modelo econômico que beneficia a ricos e poderosos. Um modelo econômico que prospera no acúmulo de terras, mão de obra e recursos. E, ano após ano, fica mais evidente que essas cúpulas têm pouco a ver com o clima. Elas deveriam ser chamadas de Cúpulas da ONU para Exploradores ou Cúpulas da ONU sobre Apropriação de Terras.

Este ano não foi diferente. A indústria de combustíveis fósseis, junto com seus aliados empresariais e políticos e instituições financeiras, principalmente do Norte global, conseguiu incluir as chamadas “soluções baseadas na natureza” e a emissão “líquida zero” nas propostas de Declaração Final da Cúpula (1).

Antes de desvendar algumas das ameaças que esses conceitos representam para as populações camponesas e dependentes da floresta, é fundamental destacar que, pelo menos 503 lobistas dos combustíveis fósseis tiveram acesso e influenciaram a última Cúpula da ONU sobre Apropriação de Terras, em Glasgow. Análises feitas por várias ONGs concluíram que, se fosse a delegação de um país, o lobby dos combustíveis fósseis seria a maior de todas. E essas análises não se detiveram em outras indústrias poluentes, como agronegócio, finanças ou transporte. (2) De fato, foi uma Cúpula da ONU para Exploradores.

Um acordo climático para mais compensações, plantações de árvores e apropriação de terras

A inclusão de expressões sedutoras, como “soluções baseadas na natureza” (SBN) e emissão “líquida zero” está ocultando o que, na realidade, são portas abertas para governos e grandes empresas continuarem poluindo, com base na fantasia de equilibrar suas emissões por meio de compensações e soluções tecnológicas.

Essas portas abertas vão alimentar ainda mais a apropriação de terras e florestas na forma de compensação de carbono. Territórios de Povos Indígenas e de comunidades dependentes da floresta, camponesas e tradicionais serão apropriados como depósitos de carbono para que grandes empresas possam alegar ter emissão “líquida zero” e estar implementando as SBN.

Essencialmente, a expressão “líquida zero” permite que governos e empresas deixem de reduzir as emissões e, portanto, transfiram o fardo para as gerações futuras. [Mas essa ideia não é nova](#). Ela tem surgido ao longo da história dessas Cúpulas, com diferentes terminologias, como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ou REDD+. As empresas petrolíferas, varejistas, gigantes do agronegócio e companhias aéreas já oferecem produtos e serviços supostamente “neutros em carbono” que geraram ou podem gerar emissão “líquida zero”. Todos podem adotar a emissão “líquida zero” enquanto a queima de combustível fóssil continua. Em consequência disso, a expressão fica completamente sem sentido como política climática. Quem se beneficia dessas terminologias são os exploradores que querem limpar sua imagem e manter vivo seu modelo de negócios destrutivo. O objetivo comum dessas expressões e políticas é postergar o fim da queima de combustíveis fósseis e transferir o problema, para que outra pessoa lide com ele nas terras de uma terceira pessoa. Emissão “líquida zero” e “soluções baseadas na natureza” são apenas a continuação desse processo catastrófico.

No início deste ano, o WRM [lançou um boletim](#) alertando sobre o que preferimos chamar de “espoliações ~~soluções~~ baseadas na natureza”. Desde a promoção de plantações industriais de árvores até a apropriação de mais florestas para estabelecer áreas de conservação sem pessoas, essas chamadas políticas climáticas aumentam gravemente a ameaça de apropriação de terras e violência contra as comunidades que vivem dentro e próximo dessas áreas. Em 2020, durante a última Cúpula da ONU sobre Apropriação de Terras, grandes poluidores como Shell, Total e BP, em conjunto com grandes grupos conservacionistas como a Conservação Internacional, [lançaram uma iniciativa para promover essas SBN e apropriações de terras](#). Este ano, a expressão “soluções baseadas na natureza” já fez parte das propostas de acordo final da Cúpula da ONU.

Além disso, essas promessas e compromissos vazios são apenas voluntários, sem instrumentos juridicamente vinculativos nem consequências legais se não forem cumpridas.

Mais dinheiro prometido para “salvar as florestas”... ou privatizá-las?

Durante a Cúpula da ONU sobre Apropriação de Terras, em novembro de 2021, mais de 100 governos assinaram a Declaração de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra. (3) Embora tenha sido anunciado como um novo compromisso internacional para salvar as florestas, essas promessas não são nada de novo. A Declaração de Nova York de 2014 já prometia reduzir o desmatamento em 50% até 2020 e acabar com ele até 2030. Desde então, o desmatamento continuou aumentando. E, claro, existe o REDD+. Introduzido em 2005, e para o qual muitas decisões foram adotadas nas Cúpulas da ONU sobre Apropriação de Terras, milhões de dólares foram gastos para deixar os países “prontos para o REDD”. Mas o REDD+ também foi completamente incapaz de enfrentar o desmatamento. Pior ainda, é amplamente usado como mecanismo de compensação, o que significa que, mesmo se as emissões do desmatamento fossem reduzidas, qualquer redução seria cancelada pela continuação das emissões oriundas da queima de combustíveis fósseis. (4)

Além disso, 12 países do norte global se comprometeram a fornecer 12 bilhões de dólares em financiamento climático de 2021 a 2025, para um novo Compromisso Global de Financiamento para as Florestas. O anúncio declara que eles usarão suas verbas públicas para o clima “para alavancar financiamento vital de fontes privadas na promoção de mudanças em escala”. (5) Além disso, 12 países do norte global (incluindo a União Europeia) e o Bezos Earth Fund (do proprietário da gigante varejista Amazon) prometeram 1,5 milhão de dólares para proteger as florestas da Bacia do Congo. Este último compromisso declara que eles “pretendem potencializar esse compromisso nos anos subsequentes, buscando mais financiamento e investimentos de uma ampla variedade de fontes públicas e privadas, ao mesmo tempo em que melhoram a articulação, a eficácia e a acessibilidade”. (6)

Quais são os interesses por trás dessas promessas? O que esses “doadores” esperam em troca? Os milhões de dólares mobilizados servem em grande parte como investimentos com os quais os doadores (ou melhor, investidores) esperam não apenas cumprir suas metas de emissão “líquido zero”, mas também gerar retornos elevados. Essas promessas de financiamento tentam nos fazer acreditar que colocar mais dinheiro nas florestas pode impedir o desmatamento. No entanto, mais dinheiro significa mais interesses escusos e mais imposição das agendas de governos e grandes empresas sobre os territórios dos povos da floresta. Isso, por sua vez, significa mais apropriação de terras e violência. Vimos como mais “financiamento climático” pode facilmente significar a expansão das plantações de monoculturas de árvores (que, segundo as regras da ONU, são consideradas “florestas”), áreas de conservação sem pessoas, energias renováveis incluindo biomassa (energia de pellets de madeira), soluções tecnológicas sem comprovação, e outros esquemas que só prejudicam fundamentalmente as comunidades da floresta e seus espaços de vida.

As Cúpulas da ONU sobre Apropriação de Terras nunca promoverão as soluções já existentes para enfrentar a crise climática. Sua agenda é pré-estabelecida por quem está no poder e por quem busca mais lucros.

Diante desse novo “pacote climático” cheio de novas ameaças de apropriação de terras, mobilizemo-nos e organizemos nossas energias e nossa militância, ativamente solidários com as comunidades e os grupos que resistem às verdadeiras causas do caos climático.

Secretariado Internacional do WRM

Firme la declaración, [NÃO às Soluções Baseadas na Natureza!](#) [Permanece aberta para assinatura até o final de 2021](#)

(1) UNFCCC, Proposta de decisão da COP, apresentada pelo Presidente, Novembro de 2021, https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Overarching_decision_1-CP-26.pdf

(2) Corporate Europe Observatory, Hundreds of fossil fuel lobbyists flooding COP26 climate talks, Novembro de 2021, <https://corporateeurope.org/en/2021/11/hundreds-fossil-fuel-lobbyists-flooding-cop26-climate-talks>

(3) UN Climate Change Conference, Glasgow Leaders' Declaration on Forests and Land Use, November 2021, <https://ukcop26.org/glasgow-leaders-declaration-on-forests-and-land-use/>

(4) REDD-Monitor, The Glasgow Declaration on Forests is far from “unprecedented”. It's just another in a long line of meaningless UN declarations, November 2021, <https://redd-monitor.org/2021/11/03/the-glasgow-declaration-on-forests-is-far-from-unprecedented-its-just-another-in-a-long-line-of-meaningless-un-declarations/>

(5) UN Climate Change Conference, The Global Forest Finance Pledge, November 2021, <https://ukcop26.org/the-global-forest-finance-pledge/>

(6) UN Climate Change Conference, COP26 Congo Basin Joint Donor Statement, November 2021, <https://ukcop26.org/cop26-congo-basin-joint-donor-statement/>

Aprendizagens de lideranças indígenas Tupinikim do Brasil sobre a retomada de seus territórios: uma luta de mais de 40 anos

Lideranças indígenas Tupinikim do Brasil relatam a experiência de seu povo na luta contra uma das maiores empresa de plantação de eucalipto e produção de celulose do mundo: a Aracruz Celulose – a atual Suzano Papel e Celulose. Falam sobre os aprendizagens de uma luta durante a qual os indígenas recuperaram 18.070 hectares de terras.

Esta é o primeiro artigo numa série sobre a experiência de comunidades que retomaram seus territórios, invadidas por monocultivos de árvores. Neste artigo, duas lideranças indígenas Tupinikim do Brasil relatam a experiência de seu povo na luta pela terra contra uma das maiores empresa de plantação de eucalipto e produção de celulose do mundo: a Aracruz Celulose – a atual Suzano Papel e Celulose. Falam sobre as principais aprendizagens, desafios e dificuldades.

Em 1500 quando a invasão do Brasil pelos colonizadores portugueses começou, os Tupinikim habitavam um trecho de milhares de quilômetros de litoral brasileiro, do Nordeste até o Sul do país. Depois de séculos de enfrentamentos, genocídio e massacres, nos anos 1960, eles restavam apenas num pequeno território no atual município de Aracruz, norte do estado do Espírito Santo, onde convivia em 40 aldeias numa área de mata atlântica. Foi nessa época que um grupo de indígenas Guaranis, em busca da Terra sem Males, se juntaram a eles.

Em 1967, em plena ditadura militar, a Aracruz Celulose invadiu este território e destruiu quase todas as aldeias indígenas, inclusive a aldeia Macacos, onde mais tarde seria construído o complexo de 3 fábricas de celulose da Aracruz. Os Tupinkim e Guarani ficaram confinadas a 3 aldeias apenas. Além de perder o território, a Aracruz derrubou a maior parte da floresta para plantar a monocultura de eucalipto.

O que parecia o golpe mortal, foi, na verdade, o início de uma luta de mais de 40 anos durante a qual, em 3 etapas, os indígenas recuperaram 18.070 hectares de terras. O governo federal reconheceu e demarcou 4.492 hectares em 1981, 2.568 hectares em 1998, e, por fim, outros 11.000 hectares em 2007 como Terra Indígena Tupinikim-Guarani.

Para isso acontecer, os indígenas tiveram que pressionar o governo para que ele assegurasse o direito dos Tupinikim-Guarani às terras tradicionalmente ocupadas, prevista na Constituição brasileira. Para isso, em 1980, 1998 e 2005, os Tupinkim e Guaranis usaram a tática que chamam de “auto-demarcação”. Em base da identificação de terras feita anteriormente por um grupo técnico nomeado pelo governo federal, em conjunto com as comunidades, os indígenas derrubaram os eucaliptos da Aracruz para delimitar, por contra própria, seu território.

Apesar de ações violentas da polícia e da Aracruz que destruíram aldeias que os indígenas tinham reconstruída na área retomada; apesar de uma campanha racista promovida pela Aracruz alegando, sugerindo que os Tupinikim não eram indígenas, os Tupinikim e Guarani se mantiveram firmes e continuaram na luta até o ministro da justiça assinou, em 2007, a portaria de demarcação reconhecendo oficialmente suas terras.

Mas a luta ainda não acabou. O governo anti-indígena do Jaír Bolsonaro com outras forças anti-indígenas buscam adotar agora o chamado “marco temporal”, que sugere que só se pode demarcar terras indígenas onde os indígenas estavam presentes em 1988. Isso pode resultar na anulação da maior parte das terras dos Tupinikim e Guarani no Espírito Santo.

O WRM conversa sobre os 40 anos da luta pela terra Tupinikim-Guarani com Deusdeia Tupinikim, liderança mulher da aldeia de Pau Brasil, e Paulo Henrique, liderança Tupinikim da aldeia de Caieiras Velhas e coordenador da organização indígena APOINME que luta pelos direitos dos Povos Indígenas do Nordeste do Brasil e dos estados Minas Gerais e Espírito Santo.

WRM: Nesta luta de 40 anos vocês tiveram três momentos de luta em que fizeram a auto-demarcação do território. Como começou esta luta e o que é a auto-demarcação?

Paulo: primeiro agradecer poder falar com vocês e repassar para as comunidades que estão com esse desafio de retomar seu território um pouco do que nós fizemos. Aqui no Brasil, a luta pela terra ainda é um gargalo e desafio para muitos povos, comunidades e movimentos sociais. Nós conseguimos, mesmo sabendo que estes 18.070 hectares de terras não é o território integral, mas é o que foi pleiteado na época pelas lideranças junto com a FUNAI [órgão governamental para assuntos indígenas] e foi considerado o mínimo suficiente para a reprodução física e cultural dos povos indígenas aqui na região. Na primeira luta, eu era criança ainda. Na segunda participei um pouco e na terceira eu participei mais intensamente.

Para iniciar uma luta pela terra, o principal é saber o que você quer e ter provas concretas como subsídio para que você possa entrar numa luta dessa de forma respaldada. Nós tínhamos documentos históricos comprovando nossa ocupação tradicional do território, inclusive um documento de 1610 que mostra que a Coroa Portuguesa tinha doado uma sesmaria de terras aos Tupinikim, nas terras invadidas pela Aracruz Florestal depois.

A gente fez a auto-demarcação três vezes, em 1980, 1998 e 2005. Significa demarcar nos mesmos nosso território. Em cada momento que fizemos isso, sabíamos que a gente tinha que fazer algo, partir para luta, porque o governo tinha paralisado, arquivado nosso processo. A gente tinha que forçar o governo para eles retomar o processo e reconhecer e demarcar nosso território. Fizemos a auto-demarcação com todas as comunidades participando.

Deusdeia: entramos na luta pela terra porque para nós foi muito importante a questão da água: as restingas, as nascentes, os olhos d’água. A gente começou também a identificar, separar algumas terras para a natureza ter a liberdade para voltar. Também precisávamos de mais espaço porque hoje só aqui na aldeia de Pau Brasil, nós temos mais de 200 famílias. Então nosso maior sonho era ter esse espaço para que nossos filhos e netos pudessem construir suas casas, ter liberdade de sair, ter liberdade de pescar, liberdade de plantar, e cuidar do meio ambiente porque até então, a Aracruz plantava eucalipto até nas grotas, na beira e dentro dos córregos e rios. Em função da nossa luta, vários córregos nos lugares onde não tem mais a plantação de eucalipto começaram a voltar.

WRM: Quais foram as principais lições que vocês tiraram desta luta tão longa?

Paulo: A primeira lição que tiro é que nada é impossível. Lutamos contra uma empresa multinacional. Fomos muito criticados, sofremos retaliações por parte do governo, sofremos perseguições, preconceito e discriminação, mas não baixamos a cabeça.

Segunda lição é a união dos povos, deixar as diferenças de lado que existem entre alguns e se juntar e lutar contra um inimigo maior que naquela ocasião era a Aracruz Celulose. E não existia ninguém maior, ninguém menor, todos estávamos no mesmo barco. Se um levasse um tiro, todos iriam levar, se um pudesse comer, todos iam comer. Essa igualdade foi muito importante.

A terceira lição é a importância de ter um único objetivo. Nosso objetivo era a conquista do território e em momento algum nos desviamos deste objetivo. Poderíamos traçar diferentes planos para alcançar nosso objetivo mas o objetivo era claro e único.

Deusdeia: Esta luta foi um grande aprendizado e ao longo dos anos a gente foi crescendo, vendo como a gente podia melhorar a luta. A cada luta, os caciques junto com as comunidades tinham mais noção das leis, de como se podia reunir e fazer as estratégias. Uma das coisas que marcou para mim foram as lutas de 1998 e 2005 porque foi quando nós, mulheres, nos envolvemos bem.

WRM: Quais foram os desafios para as mulheres indígenas entrarem nesta luta? Como é que vocês tomaram coragem de estar lá na ocupação, junto aos homens?

Deusdeia: Eu me lembro bem quando nos reunimos [no 1º. dia da auto-demarcação em 2005, quando a polícia estava chegando] quando os caciques e lideranças, pelos quais eu tenho muito respeito, falaram que quem quiser ir para casa que fosse para casa e que eles iam ficar até o fim. Estávamos em muita gente. O que a gente fez de tomar a atitude de não deixar os caciques só, eu não sei. Acho que nosso deus Tupã, ele nos encorajou muito, para nos tomarmos coragem juntamente com nossos líderes. E quando você tem certeza que daquilo [a terra] é meu, você vai sem medo de errar. Então, foi quando nós mulheres, falamos que nós viemos até aqui e que nós só ia sair daqui com tudo mundo quando conquistamos a terra.

Lembro que quando ocupamos a fábrica da Aracruz, nós mulheres e as crianças ficamos mais de frente. Falaram que não fizeram nada com os homens por causa da presença das mulheres e das crianças e isso nos fortaleceu enquanto mulher. Em todas as ações que fizemos, nós estávamos lá, com nosso arco e flecha, com nossos cocares, e quando nós nos colocamos na frente a gente via que eles [os policiais] não enfrentavam. Quando eles chegaram lá em Olho d'Água com aquele trator para destruir a aldeia, a casa de reza, nós não estávamos ali na hora.

Até hoje dentro das reuniões nas comunidades, a gente tem voz, e a gente fala. E isso fortaleceu as mulheres. Aquilo de antigamente quando as mulheres ficaram nos bastidores, hoje não acontece mais. Hoje estamos lado a lado aqui na luta. E se tiver que ir à luta de novo, com certeza estarei lá se puder. Aqueles jovens que viajaram para Brasília agora lutar contra o "marco temporal", eles mandavam mensagens para mim: "olha mulher, você é uma guerreira, nos estamos aqui porque nós nos inspiramos em você". Isso para mim é uma honra, de saber que através da nossa luta, não só minha luta mas a luta de muitas mulheres das quais algumas já partiram enquanto outras continuam na luta, que os jovens de hoje se inspirem.

WRM: Quais foram os principais desafios, dificuldades que tiveram nesta luta?

Paulo: O principal desafio para iniciar a última luta em 2005 foi de colocar na nossa cabeça que o território era mais importante do que um acordo que tinha sido feito em 1998 com a Aracruz Celulose. As lideranças, as comunidades, eles estavam pegados a este Acordo que demarcou um pedaço do nosso território, repassava dinheiro e alguns outros benefícios para as comunidades e, em troca, deixava boa parte de nossas terras com a Aracruz. Foi um desafio enorme e eu senti isso na pele porque era um dos poucos que questionava este Acordo. Mas fizemos este trabalho nas comunidades, de conversar com as pessoas, até que obtivemos uma liderança em todas as comunidades que entendia que nossa luta era pelo território.

Outro desafio, relacionado com este Acordo, era de desapegar das coisas que tínhamos conseguido em 1998, eram vagas na faculdade, eram projetos de agricultura, era dinheiro repassado para as famílias da venda de eucalipto plantada nas terras indígenas para Aracruz Celulose, desapegar disso para então ir para a luta pelo território. Fomos muito criticados, dizendo que nós estávamos acabando com tudo, que não ia ter mais nada, mas ficamos firmes e conseguimos mostrar que o território era de extrema importância.

Isso acarretou num desafio ainda maior que foi juntar todas as comunidades para poder ir para luta. Fizemos uma assembleia geral e sobretudo a fala dos mais velhos foi de extrema importância porque conseguiram mostrar para as pessoas a importância da luta pela terra e aí conseguimos juntar e convencer todas as comunidades para se juntar e entrar nesta luta.

Claro que tivemos muitos outros desafios. Lembro em plena luta, pessoas falando: 'para que estamos aqui, lutando por essas terras. Vamos deixar essas terras com a Aracruz e ficar ganhando dinheiro com eucalipto' e tentando influenciar a cabeça das outras pessoas desistirem. Então a gente tinha que fazer um trabalho constante de conscientização da comunidade estarem juntos com as lideranças na luta.

Outro desafio foi em janeiro de 2006 quando a polícia invadiu nosso território (retomado) e desmanchou nossa aldeia Olho d'Água que nós tínhamos reconstruído. Lembro que fui o primeiro a chegar lá, tentando conversar com o comandante da polícia que estava de frente para não fazer aquilo e tentar intermediar e enfim, acarretou em toda essa violência que aconteceu lá. Mas nós somos índios, somos teimosos, e nós fomos lá e reconstruímos Olho d'Água outra vez e está lá hoje graças a deus.

WRM: Foi nesta última demarcação que vocês não só demarcaram o território, mas decidiram ocupa-lo, reconstruindo algumas das antigas aldeias extintas como Olho d'Água. Porque vocês acharam importante ocupar o território?

Deusdeia: Segundo os depoimentos dos nossos mais velhos, tinha cerca de 40 aldeias indígenas antes da chegada da empresa. Quando começamos a luta, nos saímos com os mais velhos, por exemplo, o Sr. Antonino da minha aldeia. Ele levou nos aonde ele morou, na aldeia de Cantagalo. Na época quando ele morou lá, tinha um rio grande, por isso a gente achou uma quantidade imensa de casca de ostra. Aquela casca era como nossa identidade que estava lá, mostrando que lá tinha sido moradia do povo indígena. Hoje não tem mais eucalipto lá, felizmente.

Quando nós decidimos tomar posse desse território, era para o mundo ver essas aldeias extintas, ver todo esse grande território que é dos povos indígenas, e quando essas aldeias foram resgatadas, por exemplo no caso de Olho d'Água, tem uma história. Eu falo de Olho d'Água como um filho pedindo socorro. Porque quando foi plantado o eucalipto lá, aquele olho d'água nunca secou, continuou vivo, mas pedindo por socorro. Mesmo com a plantação de eucalipto, ela não se calou. O resgate daquela aldeia foi como um sonho.

Paulo: Mesmo irreconhecível para os olhos de alguns, aquelas aldeias antigas para os olhos dos indígenas mais velhos não estavam irreconhecíveis, eles tinham uma relação íntima com aquele espaço. Por isso, era importante reconstruir elas para poder recomeçar a ocupação o território. Ou seja, não é apenas importante demarcar. Decidimos ocupar para poder mostrar que a gente estava aí não apenas brigando por terra, mas brigando por nossos espaços sagrados, onde viviam nossos antepassados. Um terceiro ponto é que as três aldeias que reconstruímos, Areal, Olho d'Água e Córrego d'Ouro, eram pontos estratégicos dentro do território retomado para mantermos a vigilância, o monitoramento do nosso espaço, para gente saber quem estava entrando e quem estava saindo do nosso território.

WRM: houve um processo de aprendizagem ao longo desta luta de 40 anos?

Paulo: Sim, e gostaria de destacar que teve entre uma demarcação e outra, processos de cooptação de lideranças que estavam à frente da luta, principalmente no período de 1998 a 2005 que mais acompanhei. Porque eu penso que a gente tinha condições naquele momento, em 1998, de ter terminado a demarcação do território. Mas infelizmente, durante a auto-demarcação, as lideranças foram pressionadas e levadas para Brasília, foram cooptados e decidiram aceitar um Acordo trocando terras por dinheiro e então parar com a luta. Mas em 2005 decidimos retomar a luta porque entendemos que a terra era mais importante que o dinheiro. Por isso eu falo da importância do objetivo e que tem que ser comum a todos. E com isso, aprendemos muito, a luta pela terra foi como se fosse uma escola que nos habilitou também travar outras lutas. Até porque nossa luta não acabou, ela continuará porque há novas ameaças ao nosso território.

WRM: Como a luta pela terra tem a ver com a luta pelo resgate e fortalecimento da identidade cultural dos Tupinikim?

Paulo: a luta pela terra faz parte desta luta de resgate da nossa cultura. Primeiro porque é uma terra tradicional Tupinikim, mas antes de tudo, queria dizer que a demarcação do território indígena deveria ser visto por nossos povos como a principal bandeira de luta e por nossos governantes como a principal política pública para os povos indígenas. Isso porque o território ele é o princípio de tudo. Se eu não tenho o território garantido, eu não tenho uma educação, uma saúde de qualidade, eu não tenho um meio ambiente que garante minha sobrevivência, minha subsistência, eu não vou ter um espaço para fazer minhas práticas tradicionais. Então quando demarcamos, ocupamos e reconstruímos as aldeias para nós poder fazer nossas práticas, nossos rituais e cerimônias, é porque nosso território indígena é que proporciona isso. Nós precisamos ter essa relação com a terra, com os elementos da natureza.

Deusdeia: Quando nós começamos esta luta para reconquistar o território, começou também crescer um desejo de nos ter uma educação indígena nossa, com nossos educadores, e nos recuperar nossa língua. Conhecemos um professor de São Paulo, o

Navarro, que faz este trabalho com diferentes povos de resgate da língua, e conseguimos também conhecer um índio do Povo Potiguara, que resgatou a língua, parecida com a nossa, e hoje já é a língua materna deste povo. Conseguimos trazer essas pessoas aqui e ter aulas com eles. Aproveitamos os mais velhos porque eles tinham palavras soltas. Começamos a fazer as pesquisas sobre a língua e minha avó disse na época primeiro que não ia falar para nós como que era antigamente a língua porque ela não queria que acontecesse conosco o que aconteceu com ela. Ela casou com uma pessoa não-indígena e apanhou muito para que ela falasse 'direito'. Foi o machismo querendo calar as mulheres para não falar sua língua. Mas a gente conseguiu anotar essas palavras soltas dela. Aí surgiu a necessidade de levar esse resgate para dentro da sala de aula com as crianças e professoras indígenas. Tudo isso foi um grande avanço e aconteceu junto com a luta pela terra.

WRM: Durante a última luta em 2005-2007, a Aracruz lançou uma campanha racista dizendo que vocês não eram Tupinikim, sugerindo que vocês não eram indígenas. Qual foi o impacto disso para vocês e para a luta?

Deusdeia: Aracruz ela tentou de tudo para mostrar para o governo, para o mundo, que nós não éramos daqui, e também que nós não éramos indígenas. Mas isso não nos intimidou, porque nós tínhamos certeza que somos deste território. A nossa segurança são os relatos dos mais velhos. Nós fomos muito firmes em nos nossos relatos. Nós realmente questionamos ela e continuamos a luta. Por exemplo, em 2006 fizemos uma ação e ocupação das fábricas da empresa. Nada que nos atingia lá dentro, muito pelo contrário. Nos sentamos aí com crianças, com mulheres, até as pessoas de idade também estavam lá. E quando nos saímos daí e quando nós íamos para um enfrentamento, nós tínhamos certeza de não morrer, mas sim de irmos para uma conquista. E quanto mais a Aracruz ela trazia estes depoimentos dela, sempre a gente tinha certeza, com pé no chão, de que essa mãe terra, ela estava ali nos sustentando e que os filhos dos nossos filhos elas estarão sendo enterradas aqui neste chão.

Paulo: Eu me lembro que uma vez eu fui na cidade de Aracruz, fazer compras no supermercado, e eu estava com corpo pintado e minha filha também, isso na verdade foi já um tempo depois da luta, mas só para você ver como isso ainda refletia na cabeça das pessoas aqui no município. Eu estava na fila para comprar carne entre outras pessoas, mas ninguém queria me atender. Eu disse: 'só porque sou índio, só porque estou pintado, ninguém quer me atender?' Peguei minhas coisas e saí. Aconteceu muitas coisas desse tipo. Tinha criança indo para escola fora da aldeia, e se estivesse pintado não entrava, mandavam embora porque era índio. Também sofremos perseguição e criminalização por lutar pela defesa por nosso território. Uma vez uma liderança foi perseguido por um segurança armado a serviço da Aracruz. Com outra liderança, fomos ao encontro dele, e tomamos a arma dele, entregamos na FUNAI. Aconteceu que nos tivemos que responder judicialmente, fomos processados por roubo de veículo, formação de quadrilha, sequestro, etc., como se nos fossemos os criminosos, enquanto este segurança poderia ter matado nossa liderança no meio da estrada.

Toda essa discriminação e perseguição perdurou ainda por muito tempo, depois da luta terminar, porque a Aracruz tinha fomentado isso, que nós estávamos aqui para invadir as terras, tomar todo o município, que íamos até invadir as casas das pessoas, foi assim que as pessoas falavam da gente e começaram a se revoltar contra nos. Isso gerou uma situação muito ruim, constrangedora. Nossas crianças chegaram a dizer que não queriam

ser índios. Mas nós conseguimos superar, trabalhar isso entre nós e estamos aí para poder mostrar que somos um povo resistente, que não fugimos à luta. Não conseguiram quebrar nossa resistência, porque estávamos determinadas no nosso objetivo e esse objetivo nos mantivemos até o final.

WRM: Como foi a relação com os apoios à luta, e porque estes apoios foram importantes?

Deusdeia: a importância destes apoios foi muito grande, porque acreditaram, tinham compromisso com a gente. Eram, organizações, movimentos, outras comunidades, professores, estudantes e também alguns políticos. Ajudaram muito a revelar ao mundo que os índios não estão mentindo, são originários daqui. Fizemos juntos folders sobre nós e nossa luta que foram enviados para dentro e fora do país e, com isso, nosso apoio cresceu. Nossa conquista ela veio também por causa do apoio fora do Brasil reforçando o repúdio contra a Aracruz. Mesmo que a Aracruz ela tinha muito dinheiro, muito poder, o dinheiro dela não nos calou, não conseguiu comprar pessoas e organizações nos países que consumiu seu produto e se juntaram a nós. Isso para nós foi uma vitória muito grande. Confrontamos a empresa pelas beiradas e quando ela percebeu, já estava sendo cercada por aqueles que nos apoiavam lá fora e nos na mobilização dentro das comunidades. Se não fossem esses apoios, a gente tinha conquistado a terra também, mas acredito que teria demorado mais.

Paulo: as pessoas que se sensibilizaram com a nossa luta, com a luta indígena, foram cruciais, aqueles que junto conosco decidiram entrar na luta e em momento algum arredar o pé dela. E isso só mostra a importância da articulação, de que uma luta grande como esta que nós tivemos aqui, a gente não ganha sozinha mas precisa de pessoas e organizações no Brasil e fora do Brasil, que estejam conosco para poder alcançar aquilo que queríamos.

WRM: O que você diria para outras comunidades que querem entrar numa luta de retomada de território. O que é importante cuidar e o que é melhor evitar?

Paulo: Além da importância de ir numa luta respaldada, de colocar pressão como nós fizemos fazendo nossa auto-demarcação, é de extrema importância também que estejam organizados. Não adianta você querer entrar numa luta quando você está desorganizada. Você precisa estar organizada. Se entrar desorganizada você não vai ter êxito na sua luta.

Outra coisa é se for mais de um grupo, comunidade ou povo, de ter um objetivo comum. Não adianta eu querer entrar com um objetivo de querer conquistar um território entendendo que ele é importante para minha sobrevivência, subsistência e existência, enquanto outros estão querendo entrar numa luta com interesses individuais, de querer se enriquecer, e que não são interesses que contribuem com o futuro, os interesses coletivos das comunidades. Porque a gente sabe que tem muito disso no nosso meio.

Por fim e não menos importante é pensar em estratégia. Você precisa ter uma estratégia de luta. Como você vai entrar numa luta sem você ter uma estratégia? Quando nós entramos na auto-demarcação já tínhamos tudo planejado, conversado, tínhamos uma estratégia.

Deusdeia: Acho que uma das primeiras atitudes é a unidade, união para mim é uma coisa. Unidade, é outra, é uma coisa que mistura e não tem como separar. É tudo mundo pensar igual, é ter uma estratégia, é buscar apoio que realmente ajuda nessa organização da própria comunidade reivindicar seu território. É através da união que podemos nos organizar

e também resgatar e fortalecer nossa cultura, nos resgatamos muito da nossa cultura que tinha se perdido como artesanatos e nossas danças e língua que já falei.

A gente também precisa se unir com outras comunidades. Hoje, no Brasil inteiro, a gente está se unindo para defender nosso território, os indígenas, comunidades quilombolas, os ribeirinhos, o MST, contra a discriminação e perseguição contra nossas comunidades. Temos que fortalecer nossa identidade como faz o MST nos seus assentamentos, eles provam sua identidade através da plantação das culturas que saem das hortas deles e vêm para mesa da população, até mesmo dos governantes que hoje querem tirar o direito de eles sobreviver.

Então tem que se organizar, sentar com tudo mundo e ter estratégia, ter cuidado. Por exemplo, não deixar pessoas de fora entrar na comunidade e pegar qualquer um, não, tem que saber dizer com quem vai falar, porque foi assim também que a gente se organizou. Até isso a gente tem que ter estratégia, tem que ter cuidado. Mas com sabedoria, e com os conhecimentos tradicionais de cada povo, a gente consegue fazer a luta crescer ainda mais.

WRM: se o governo Bolsonaro consegue impor o “marco temporal” e que poderia implicar na perda de parte do território de vocês, os Tupinikim e Guarani vão abrir mão das terras?

Paulo: Não vamos abrir mão das terras, vamos lutar, vamos morrer até o último indígena, porque é nossa terra, nosso território, e vamos defender ele a todo custo, ninguém tira isso de nós.

A Comunidades locais na Tanzânia continuam enfrentando problemas causadas pelas plantações de árvores da Green Resources

A Green Resources Tanzania Limited (GRL) está projetando uma imagem de uma empresa líder na África Oriental. Ela afirma oferecer soluções para as mudanças climáticas por meio do plantio de monoculturas de árvores. Essa afirmação errada e enganosa esconde a realidade concreta. A GRL está causando concentração de terras, desmatamento, destruição de pastagens e muitos prejuízos sociais.

Meu nome é Frank Luvanda, nascido, criado e residente na Tanzânia. Eu trabalho na Fundação SUHODE, uma ONG pequena, mas com forte atuação em vários problemas ambientais e sociais enfrentados pelas comunidades locais neste país. Este artigo é uma oportunidade de denunciar ao resto do mundo os perigos e males causados pelas empresas de monoculturas de árvores na Tanzânia, principalmente a Green Resources Tanzania Limited.

A Green Resources é a maior empresa de plantação de árvores do país, e também da África Oriental. Na Tanzania, controla uma área de cerca de 38 mil hectares. É uma empresa norueguesa, controlada pela Norfund, a instituição de desenvolvimento do governo da Noruega, e pelo Finnfund, o braço de investimento do governo finlandês. Além da Tanzânia, a empresa possui plantações de árvores em Moçambique e Uganda.

Discursos e mentiras

Nos últimos anos, muitas comunidades na Tanzânia têm enfrentado dificuldades causadas pelas mudanças climáticas, como aumento das temperaturas, surgimento de novas doenças para plantas e seres humanos, enchentes excessivas, longas temporadas de seca, regimes de chuva imprevisíveis, aumento de eventos agressivos, elevação do nível do mar, inundação de ilhas menores, entre outros. Esses impactos das mudanças climáticas trazem outras dificuldades, como insegurança alimentar, expansão dos desertos, perda da quantidade e da qualidade da água, perda de biodiversidade em diversos ecossistemas, entre outros. E todos esses desafios afetam em muito as comunidades locais, principalmente as que dependem de suas terras para produzir alimentos para seu próprio consumo e para vender em suas respectivas localidades.

Para além desse contexto de dificuldades, algumas empresas multinacionais e financiadores propuseram as chamadas soluções para mitigar a mudança climática, insistindo na expansão das plantações de monoculturas de árvores, principalmente em países do Sul global. Depois de muitos anos testemunhando como são essas plantações nos territórios e para as comunidades que vivem dentro e ao redor dessas monoculturas, posso dizer com segurança que as plantações de monoculturas industriais NÃO são uma solução para mitigar os impactos negativos das mudanças climáticas. A única solução possível é deixar os combustíveis fósseis no subsolo.

A Green Resources Tanzania Limited (GRL) está se destacando na Tanzânia como líder entre outras empresas de monocultura de árvores que operam na África Oriental. Ela diz que oferece soluções para os impactos negativos das mudanças climáticas por meio do sequestro de carbono com o plantio de muitos hectares de monoculturas árvores!

Essa afirmação equivocada e enganosa esconde a realidade concreta. Ao plantar milhares de hectares com eucaliptos e pinus, a GRL está, na verdade, causando muitas dificuldades às comunidades locais e afetando o meio ambiente como um todo através de concentração de terras, desmatamento, destruição de ecossistemas de pastagens, e contribuição para a perda de biodiversidade.

Recursos verdes no terreno na Tanzânia

Recentemente, eu visitei doze pequenas vilas afetadas pelas plantações da GRL: Mapanda, Kihanga, Nzivi, Idete, Mninga, Taweta, Uchindile, Ukami, Mgugwe, Mnyela, Chogo e Igowole. Ficou claro que muitas delas enfrentam problemas graves, a maioria causada pela apropriação de terras e recursos pela GRL.

As comunidades da vila de Idete estão enfrentando escassez de terras porque a GRL se apropriou de grande parte da área para suas plantações.

A GRL chegou a Idete em 1996 e adquiriu 5.665 hectares, uma área conhecida pelas comunidades como Fazenda 900, com total consentimento das comunidades locais. Poucos anos depois, a empresa adquiriu outros 4.856 hectares, área conhecida localmente como Fazenda 901. As comunidades locais e o atual governo local de Idete afirmam não entender como essa outra área foi entregue à empresa, pois não houve consulta e, portanto, a aquisição deve ter sido ilegal. Na perspectiva das comunidades, a posse da Fazenda 901 pela GRL é uma apropriação desonesta de suas terras férteis, que tem causado muito sofrimento porque as terras que sobraram para elas são insuficientes. De acordo com muitas vozes da comunidade, *“a área da Fazenda 901 era a terra fértil da comunidade local para seus usos atuais e futuros, mas agora está com a GRL ilegalmente!”*

Como resultado, as pessoas estão morrendo de fome devido à falta de terras para plantar, criar gado e outras atividades sociais e econômicas. Os conflitos de terra entre as comunidades de Idete estão aumentando, pois as pessoas competem e lutam por áreas menores. Para escapar disso, algumas comunidades optaram por se mudar e começar uma nova vida dentro das florestas ao longo do caminho para Makambako. Assim, para sua sobrevivência, tiveram que desmatar essas áreas, que são conhecidas como florestas de Miombo. Outros membros da comunidade decidiram retornar à Fazenda 901 para continuar cultivando, alegando que a GRL não os consultou e nem os indenizou, e que estão prontos para lutar por suas terras! Muitos outros estão começando a ganhar coragem para entrar na Fazenda 901, para que suas vozes e suas reivindicações pela devolução da terra que lhes foi confiscada possam ser ouvidas.

Outro perigo nas operações da GRL na Tanzânia está claramente visível na vila de Ukami. Lá, a GRL adquiriu 3.400 hectares de terras fazendo, como de costume, muitas promessas, como a construção de uma sede para o governo local, salas de aula, instalações de saúde e a criação de empregos para as comunidades. A maioria dessas promessas não foi totalmente cumprida. O atual governo local ainda não consegue entender qual foi a base para o governo anterior ter oferecido uma área tão grande sem reservar alguma terra para as comunidades realizarem suas atividades socioeconômicas. Eles suspeitam que a corrupção pode ter ajudado a GRL a adquirir quase todas as terras da vila de Ukami.

As comunidades locais começaram uma campanha para exigir a devolução de suas terras, o que requer assessoria jurídica de organizações que apoiam as comunidades em suas lutas contra as empresas de monoculturas. Atualmente, a vila de Ukami enfrenta muitas dificuldades graves para sobreviver. A terra é extremamente insuficiente para atividades agrícolas e até mesmo para necessidades sociais, como cemitérios, assentamentos, entre outros. Existem muitos conflitos de terra, assim como insegurança alimentar e desnutrição infantil. A equipe do SUHODE lhes perguntou o que achavam que seria a solução para a sua situação, e a sua resposta foi: “*reivindicar a devolução de parte ou de toda a terra*”.

Em resumo, das 12 aldeias que visitamos, apenas Chogo, Igowole e Nzivi estão de alguma forma protegidas das dificuldades mais graves causadas pela GRL. A razão para isso é que, nessas três aldeias, ainda há terra suficiente disponível. A aldeia de Chogo ainda tem muita terra que eles disseram que nem cogitariam dar à GRL. É a mesma posição de Nzivi e Igowole. (1) Infelizmente, a população nas outras vilas está sofrendo muito, enfrentando escassez de terras, aumentando os conflitos entre os membros da comunidade local enquanto competem e lutam pela terra, promessas não cumpridas pela GRL, índices crescentes de HIV/AIDS, insegurança alimentar, aumento dos níveis de pobreza, visto que a maior parte das suas atividades econômicas depende da disponibilidade de terras.

Aproveito esta oportunidade para solicitar e apelar às pessoas e organizações que compartilham nossa visão e nosso pensamento sobre os impactos destrutivos das plantações de monoculturas industriais de árvores a trabalhar juntas para apoiar lutas e movimentos comunitários contra a expansão dessas plantações na Tanzânia e em outras partes do mundo!

Especificamente, pedimos aos cidadãos e organizações noruegueses e finlandeses que nos ajudem a interromper o investimento destrutivo que seus governos estão promovendo em nossos países!

(1) <https://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/tanzania-community-resistance-against-monoculture-tree-plantations/>

AGRO é FOGO: Grilagens, Desmatamento e Incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal

Incêndios florestais e desmatamento são instrumentos para a consolidação da grilagem de terras que acompanha a expansão da fronteira agrícola capitalista sobre territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais

Cinco chaves de leitura para entender os incêndios florestais que assolam o Brasil nos últimos anos.

Em agosto de 2019, fazendeiros combinaram de atear fogo na floresta amazônica brasileira, mais precisamente na região sudoeste do estado do Pará, no que ficou conhecido como Dia do Fogo. Mais ao sul dali, no ano seguinte, incêndios tiveram início em fazendas de gado que fornecem carne a grandes frigoríficos (1), se espalharam rapidamente e queimaram 4,1 milhões de hectares do Pantanal (2), área alagada que atravessa as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia.

Nos últimos três anos, a devastação socioambiental esteve no centro da agenda pública brasileira, ao mesmo tempo em que assistimos atônitos a um governo que mente sobre as causas e sobre sua própria responsabilidade no ocorrido.

Dados monitorados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) indicam que em março de 2019 o Brasil teve a maior quantidade de focos de incêndio registrada na série histórica, iniciada em 1998, contabilizando 5.213 focos. Abril de 2020 também bateu recorde, registrando a máxima para o mesmo período, com 4.117 focos de incêndios.

E essa realidade não é somente brasileira. Em 2020, o cenário sobre a dinâmica dos incêndios na América do Sul agravou-se, com máximas de focos registradas desde 1998, nos meses de março (31.529 focos), abril (23.139) e maio (15.070).

Para além das imagens de satélite e números sobre os incêndios e o desmatamento, é importante qualificar o debate: de um lado, trazer a dimensão do que é vivido no chão da floresta e dos sertões; de outro, apontar o que está por trás do fogo e da motosserra e sua relação com o agronegócio.

Neste texto, apresentamos 5 chaves de leitura que consideramos fundamentais na articulação Agro é Fogo (3), uma coalizão de movimentos, organizações e pastorais sociais que atuam há décadas na defesa da Amazônia, Cerrado e Pantanal e seus povos e comunidades.

1) Incêndios florestais e desmatamento são instrumentos para a consolidação da grilagem de terras que acompanha a expansão da fronteira agrícola capitalista sobre territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Usualmente o desmatamento e os incêndios são tratados como uma problemática meramente ambiental. No entanto, o desmatamento opera como um instrumento de apropriação privada da terra e, portanto, se concentra nas terras públicas não destinadas, justamente as áreas passíveis de grilagem. (4) É a potencial regularização da área grilada, a partir de anistias a grileiros e desmatadores historicamente concedidas no Brasil por

diversas mudanças normativas, que viabiliza esse processo. Essas mudanças se aceleraram após o golpe de 2016 e têm ganhado ainda mais intensidade no governo de Jair Bolsonaro. (5)

Todas essas áreas de florestas e matas sobre as quais o capital tenta avançar são territórios de um sem número de povos indígenas e comunidades tradicionais que as habitam e as protegem e que, em muitos casos, não tiveram seus direitos territoriais reconhecidos. Portanto, não dá pra tratar a questão ambiental dissociada da questão agrária e fundiária no Brasil. Ao contrário, diante desse entendimento, a reforma agrária - incluindo a titulação de territórios tradicionais - passa a ser vista não somente como uma questão ética e de direitos, mas também um imperativo ecológico.

2) A cadeia de relações do AGRO é global e tem responsabilidades compartilhadas com a devastação nos territórios. Por mais que o ambientalismo de mercado tente promover o *greenwashing* das commodities que o Brasil exporta, o sistema agroalimentar globalizado e controlado por poucas corporações transnacionais altamente financeirizadas é intrinsecamente insustentável.

O Brasil tem sua economia exportadora extremamente dependente do agronegócio, que ocupa espaços de poder e controla uma narrativa de pujança. Na maior emissora de televisão do país, assistimos todos os dias a propagandas que dizem que "O agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo!". Apesar da proclamada tecnologia, o agro expandiu em volume de produção ao longo das últimas décadas muito mais em razão da expansão da fronteira agrícola do que pelo aumento da produtividade. Nesse sentido, o agronegócio moderno depende, como sempre dependeu, da invasão de terras públicas para se territorializar: por meio do crime organizado da grilagem e do saqueio madeireiro, com uso intensivo de trabalho escravo e fraudes grosseiras (6). Ao mesmo tempo, em um ciclo vicioso, mantém uma relação de dependência extrema com o Estado, que dentro dessa lógica tem que estar sempre a seu serviço.

Essa cadeia de relações é global, conectada a gigantes da agroindústria – desde frigoríficos e processadoras de grãos, passando por grandes laboratórios, empresas de fertilizantes e agrotóxicos até exportadoras –, e deixa boa parte dos brasileiros em situação de insegurança alimentar, mesmo sendo o país um dos maiores produtores agrícolas do mundo. Ela é cada vez mais difusa e financeirizada, como no caso dos Fundos de Pensão (7) internacionais que investem em terras griladas no Cerrado brasileiro, obscurecendo as responsabilidades compartilhadas. O rastro do fogo do agronegócio brasileiro é global e a crítica em torno da insustentabilidade das commodities que dominam o sistema agroalimentar globalizado também deve vir de outras partes do mundo.

3) A cadeia do AGRO sempre utilizou o fogo para realizar desmatamento, grilagem e controle territorial, mas com o combustível bolsonarista tem havido um aumento acelerado do uso do fogo como arma para ameaçar e expulsar povos e comunidades de seus territórios de vida.

O fogo tem sido historicamente usado nesses processos como uma verdadeira arma de controle territorial contra povos e comunidades, buscando expulsá-los de suas terras tradicionalmente ocupadas. (8) Há, no entanto, claramente uma intensificação de ataques com o fogo nos *fronts* do projeto de destruição bolsonarista: o presidente Bolsonaro incentiva a ilegalidade, perpetrada por seus seguidores. O chamado Dia do Fogo no eixo da

BR-163 em agosto de 2019 é provavelmente a expressão mais flagrante disso, mas não é um acontecimento isolado. Para exemplificar, vamos apontar alguns casos que estão nas diferentes regiões.

Na expansão da fronteira agrícola a partir do Cerrado, (9) está a Terra Indígena Gamela, no Piauí. A comunidade vem sofrendo com vários incêndios criminosos por parte de grileiros produtores de soja: em 2017 e 2020, casas foram queimadas, e, em 2021, houve destruição de cercas, retirada de bens, um incêndio em um galpão da família, além de ameaças de morte.

Na região centro-oeste do Brasil, na antiga fronteira agrícola entre o Cerrado e o Pantanal, nos incêndios avassaladores de 2020, a Terra Indígena Kadiwéu teve mais de 211 mil hectares queimados, 39,15% do território. Na comunidade de ribeirinhos Barra de São Lourenço, três famílias tiveram que ser resgatadas pelo Corpo de Bombeiros e cerca de 25 famílias ficaram dias convivendo com as águas barrentas e cheias de cinzas.

No conhecido “Arco do Desmatamento”, área de transição entre Cerrado e Amazônia, a Terra Indígena Parque Indígena do Araguaia, no estado de Tocantins, onde vivem 3.500 indígenas Avá-Canoeiro, Iny Karajá, Javaé e Tapirapé e indígenas isolados, em 2019, ficou entre os dez territórios indígenas mais afetados na Amazônia Legal pelos incêndios daquele ano. Em 2020, a terra indígena teve 8.792 focos de calor e, em 2021, mais uma vez os incêndios têm destruído o que restava de vegetação.

Os incêndios florestais são expressão dos conflitos territoriais. Se ainda há Pantanal, Cerrado e Amazônia em pé é porque tantos povos indígenas e comunidades tradicionais têm lutado incansavelmente para manter seus territórios. E é o manejo que esses povos e comunidades fazem que conserva as florestas e multiplica a sociobiodiversidade.

4) O fogo é um elemento da natureza manejado com sabedoria e cuidado pelos povos indígenas e comunidades quilombolas, tradicionais e de base camponesa na Amazônia, Cerrado e Pantanal há milênios, prática crescentemente criminalizada

A fala de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2020 de que são “o caboclo e o índio” que botam fogo na floresta é obviamente uma cínica cortina de fumaça para desviar a atenção da origem dos incêndios criminosos. “Caboclo” foi usado pelo presidente para se referir às pessoas descendentes de indígenas. Mesmo entre quem é solidário às lutas dos povos indígenas e comunidades tradicionais, há muito desconhecimento e preconceito com a agricultura de coivara (ou roça de toco) e outros usos do fogo nos sistemas tradicionais. (10)

Esses sistemas guardam uma fina conexão com saberes milenares, desenvolvidos e adaptados pelos antepassados desses povos e comunidades. Nesse sentido, fazem parte do manejo de longo prazo das paisagens agroflorestais, caracterizadas justamente pela alta biodiversidade, além de alimentar e gerar renda para milhares de famílias. Especialmente no Cerrado, o manejo de biomassa permite a prevenção de incêndios, um saber que os indígenas têm trazido também como brigadistas nos programas dos órgãos ambientais. (11) Todo esse conjunto de saberes compõem um patrimônio que deve ser valorizado, respeitado e não estigmatizado e criminalizado, como vem acontecendo. São usos do fogo implementados com cuidado e reverência por esse elemento da natureza, ao contrário do fogo capitalista - associado direta ou indiretamente ao ciclo do desmatamento e grilagem.

5) A intensificação do desmatamento e incêndios florestais nos últimos dois anos tem que ser entendida como um desafio comum na defesa da Amazônia, Cerrado e Pantanal

Por fim, há uma relação sociometabólica entre Amazônia, Cerrado e Pantanal. O histórico de devastação do Cerrado pressiona a expansão da fronteira agrícola rumo ao Pantanal e à Amazônia. E a devastação de mais de metade do Cerrado, em especial nas chapadas onde nascem os rios que alimentam diversas bacias hidrográficas, tem tudo a ver com a crise hídrica em diversas regiões do país e com a baixa das águas na planície pantaneira - não nos esqueçamos que o rio Paraguai nasce no Cerrado e deságua no Pantanal e banha outros países da região.

Ou seja, a defesa da Amazônia, Cerrado e Pantanal está conectada. A Articulação Agro é Fogo entendem isso e, portanto, constroem uma luta comum. Tentamos agora ampliar esse diálogo com aliados da América do Sul, pois essa teia sociometabólica obviamente se estende para além das fronteiras, na PanAmazônia, Chaco e Bosque Seco Chiquitano, onde intensos incêndios também têm acontecido na esteira da expansão da fronteira agrícola.

Diana Aguiar, pesquisadora de Pós-Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e assessora da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

Bárbara Dias, secretária Executiva da Articulação Agro é Fogo e doutoranda em Antropologia Social no Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRRJ).

Carolina Motoki, coordenadora de pesquisa da Articulação Agro é Fogo e assessora da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra.

Valéria Pereira Santos, articuladora da Comissão Pastoral da Terra no Cerrado e mestra em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela UFT.

(1) <https://reporterbrasil.org.br/2020/09/fogo-no-pantanal-mato-grossense-comecou-em-fazendas-de-pecuaristas-que-fornecem-para-gigantes-do-agronegocio/>

(2) <https://lasa.ufrj.br/noticias/area-queimada-pantanal-2020/>

(3) <http://www.agroefogo.org.br>

(4) Sobre a relação entre desmatamento e grilagem ver mais em: <https://agroefogo.org.br/a-boiada-esta-passando-desmatar-para-grilar/>

(5) Neste artigo você verá a linha do tempo que mostra legislações que facilitaram a concretização da grilagem: <https://agroefogo.org.br/presidencia-e-parlamento-a-servico-dos-grileiros-legislar-para-grilar/>

(6) Sobre a relação entre desmatamento, grilagem e trabalho escravo ver os artigos: <https://agroefogo.org.br/trabalho-escravo-expropriacao-e-degradacao-ambiental-uma-conexao-visceral/> e <https://agroefogo.org.br/a-boiada-esta-passando-desmatar-para-grilar/>

(7) Nestes artigos você lerá sobre a relação entre Estado e Agronegócio e no que ela implica: <https://agroefogo.org.br/o-agronegocio-e-o-estado-brasileiro-quem-lucra-quando-a-boiada-passa/> e <https://agroefogo.org.br/ligacoes-perigosas-fundos-de-pensao-internacionais-queimadas-e-grilagens-no-matopiba/>

(8) Na seção “No rastro do Fogo” você poderá acompanhar os diversos conflitos sistematizados pela plataforma, onde o fogo é utilizado como arma para grilagem de terras públicas, intimidação e expulsão de comunidades e povos tradicionais: <https://agroefogo.org.br/no-rastro-do-fogo-conflitos-territoriais/>

(9) Para demonstrar de forma mais concreta a intensificação do uso do fogo como arma contra povos e comunidades tradicionais na Amazônia, Cerrado e Pantanal nos últimos anos, recorreremos à base de dados de conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra e os conflitos territoriais do Dossiê Agro é Fogo.

(10) Sobre o manejo do fogo nas comunidades tradicionais ver: <https://agroefogo.org.br/saberes-que-vem-de-longe-usos-tradicionais-do-fogo-no-cerrado-e-amazonia/>

(11) Ver: <https://apublica.org/2021/09/conhecimento-indigena-inova-estrategia-de-combate-a-incendios/>

Encontro mesoamericano de comunidades contra o dendê

Na Mesoamérica, a expansão das monoculturas de dendê é uma das principais causas de desmatamento. Uma troca de experiências reuniu representantes de comunidades indígenas e camponesas para analisar e debater os impactos dessa monocultura sobre comunidades e territórios, além de conectar suas resistências.

O dendê avança na Mesoamérica (território que vai do sul do México ao Panamá), com a disputa de territórios indígenas, camponeses e afrodescendentes por parte do agronegócio, deixando saldos de expropriação e violência contra as comunidades, perda da soberania alimentar, contaminação e pobreza. Embora a resistência dos povos tenha conseguido frear esse avanço em algumas regiões, sua expansão continua ameaçando a vida de povos e comunidades.

No processo de expansão do dendê, apoiado pelos governos locais e nacionais, as empresas fizeram uma série de promessas (1) que nunca se concretizaram e que as comunidades organizadas denunciaram. (2) Em resposta, as empresas criam estratégias de marketing para ocultar seus impactos sobre os territórios e apresentar uma imagem verde a quem consome óleo de dendê.

Foi assim que surgiram os “contratos” ou acordos com pequenas e pequenos agricultores, as políticas de “responsabilidade social corporativa” e a promoção de “selos verdes” e “certificados”, como os endossados pela RSPO (Mesa Redonda de Palma (Dendê) Sustentável). São estratégias novas para ocultar os impactos de sempre.

Por outro lado, as mudanças climáticas foram vistas pelas empresas como uma nova oportunidade de expansão. O uso do óleo de dendê industrial, originalmente destinado à indústria cosmética e à produção de alimentos ultraprocessados, também foi promovido como agrocombustível e como matéria-prima para a produção de energia, e suas plantações, como sumidouros de carbono e áreas para reflorestamento. Tudo isso se reflete no aumento dos territórios com monoculturas de dendê, enquanto as verdadeiras causas das mudanças climáticas, como o uso de combustíveis fósseis, não são enfrentadas.

Essa é a realidade vivida por muitos povos e comunidades na Mesoamérica. Em Honduras, são mais de 190 mil hectares plantados com dendezeiros, distribuídos nos departamentos de Cortés, Yoro, Atlántida e Colón. Na Guatemala, os 171 mil hectares dessas plantações estão principalmente nas zonas de Petén, Ixcán, Escuintla e Huehuetenango. No México, são mais de 90 mil hectares localizados principalmente nos estados de Chiapas, Tabasco e Campeche.

A violência constante e as imposições que as comunidades sofrem quando o dendê se estabelece em seus territórios incluem fatores que vão desde o desvio, a contaminação e a redução das fontes de água, a reprodução de animais que colocam em risco a saúde das pessoas, como cobras venenosas, desmatamento e destruição de espaços de convivência, até a militarização de territórios com forte presença de grupos paramilitares sob o manto da segurança privada, ou a presença de narcotraficantes. Tudo isso, principalmente nos lugares onde as comunidades organizadas resistem a essa invasão, tem gerado violência e intimidação sistemática dos defensores da vida, que devem enfrentar de tudo, da criminalização ao assassinato, passando pelo desaparecimento.

Por isso, no início de outubro de 2021, comunidades e organizações de Honduras, Guatemala e México se reuniram na cidade mexicana de San Cristóbal de las Casas para compartilhar suas experiências sobre o avanço e as consequências da monocultura industrial de dendê. Procurou-se, também, preparar um diagnóstico da região e traçar estratégias comuns para ajudar as comunidades a lidar com essas monoculturas.

Desse encontro, foi criada a Rede Mesoamericana contra o Dendê, que se resume na seguinte Declaração sobre as denúncias e reflexões compartilhadas durante o encontro:

Declaração da Rede Mesoamericana contra o Dendê

“Em San Cristóbal de las Casas, em Chiapas, no México, de 4 a 7 de outubro de 2021, várias organizações, redes, indivíduos e representantes de coletivos de Honduras, Guatemala, México, Uruguai e Equador se reuniram com o objetivo de compartilhar suas experiências com as plantações de dendê, e analisar, estudar e debater as consequências dessa monocultura em nossos territórios.

Os dendezeiros chegaram aos nossos territórios sob um modelo extrativista acelerado, agressivo e predatório. As monoculturas de dendê provocam o desaparecimento das fontes de água, desviam rios e acabam com os lugares sagrados dos povos originários ligados à água. Impactam as cosmovisões desses povos originários. A monocultura do dendê viola os direitos trabalhistas, gera escravidão no trabalho, destrói o tecido social. Ela se baseia na apropriação de territórios por empresas com o uso de violência, fraude, mentiras e falsas promessas, criminalização do protesto social, tudo em cumplicidade com o poder político.

As plantações de dendê causam rompimento da soberania alimentar dos povos, destroem os solos, aceleram o desmatamento, geram pobreza e dependência, provocam secas e incêndios, destroem a paisagem, geram graves problemas de saúde às populações, expropriação e deslocamento, aceleram as mudanças climáticas, e são acompanhadas de violência, militarização e criminalização de povos que reivindicam direitos fundamentais. Os efeitos desse modelo têm impacto direto sobre as mulheres, que também sofrem violência física e sexual.

Por tudo isso, nossos movimentos e organizações pretendem frear esse Modelo Extrativista, gerar alternativas locais e desmascarar o falso discurso de que as plantações de dendê são sustentáveis, geram desenvolvimento, reflorestam e combatem as mudanças climáticas, afirmando uma consciência de que essas monoculturas não são florestas, e sim megaprojetos de morte que estão destruindo o planeta.

- Denunciamos a contaminação e a perda de fontes de água, principalmente os efeitos sobre o rio Tulijá, no México.
- Exigimos justiça para as comunidades do rio Guapinol e frente aos assassinatos perpetrados no Bajo Aguán, em Honduras.
- Denunciamos a contaminação do rio La Pasión pela empresa [de dendê] REPSA, na Guatemala.
- Rejeitamos a repressão aos protestos sociais e às comunidades de defensoras e defensores de direitos, que foram assassinadas, perseguidas, criminalizadas e processadas segundo o modelo do agronegócio do dendê, e nos solidarizamos com os defensores da Comuna de Barranquilla de San Javier, processados pela empresa Energy & Palma/La Fabril, no Equador.

As plantações não são florestas! Por territórios livres de monoculturas de dendê. "

Um grito pela vida

Não podemos deixar de enfatizar que, onde se estabelecem monoculturas industriais de dendê, as mulheres têm suas vidas afetadas, seja como trabalhadoras das plantações ou como habitantes das comunidades vizinhas. Uma das participantes do encontro recente em Chiapas, vinda de Honduras, escreveu um poema que reflete os sentimentos e as experiências compartilhados pelas mulheres presentes ao encontro.

"Te ofereceram um futuro falso, uma economia que não existe, te deram esperanças de uma vida melhor, te fizeram acreditar que era ruim ter uma floresta cheia de vida e oxigênio, te venderam uma história que só existe na mente maligna deles; não te deste conta e entregaste tudo em troca de um futuro que não existe; te mentiram, te destruíram aos poucos.

O tempo passou, e hoje aqueles e aquelas de nós que cresceram sob o teu erro percebemos o que tu fizeste, aquele futuro que te venderam, que eu não vi e não existe. Eu te critico, mas não te culpo; é por isso que eu te digo, eu, nós e todas vamos lutar para destruir este sistema, assim como eles fizeram contigo. Vamos recuperar o que nos pertence.

Aquelas florestas que nos tiraram vão ser nossas de novo, veremos mais uma vez aquelas plantações que nos enchem de vida, veremos mais uma vez aquelas mulheres cheias de valentia e força, dando vida às nossas comunidades, o lindo sorriso das meninas e dos meninos sem ser escravos de ninguém, sendo livres.

Dizendo NÃO ao dendê, NÃO à violência, NÃO a tirar nossas vidas. E não é só com uma bala, mas também tirando nossas terras e nossos territórios que eles nos matam.

Porque isso não é florestamento, é desmatamento.

Porque isso não é trabalho, é escravidão.

Isso não é vida, é morte.

Hoje levantamos a voz, unidas e empoderadas, e dizemos: JÁ CHEGA! "

(Flor Contreras Ulloa – [assista ao vídeo aqui](#)) (3)

A partir de diferentes pontos da Mesoamérica e da América Latina em geral, cresce a resistência, comunidades organizadas se conectam para que o JÁ CHEGA seja ouvido em todo o mundo e alcance comunidades da África e da Ásia que também são afetadas por essa monocultura. Mas que também se ouça entre quem consome óleo de dendê industrial, que se entenda que esse modelo destrutivo de plantações industriais nunca será sustentável nem verde.

(1) "13 Respostas para 13 Mentiras sobre plantações de monoculturas de dendê"

<https://wrm.org.uy/pt/files/2018/04/13-mentiras-por.pdf> Boletín 258 Completo_PO.doc

(2) Plantações de dendê (informações sobre impactos e resistências)

<https://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/plantacoes-de-arvores/as-plantacoes-de-dendezeiros/>

(3) Un grito por la vida <https://www.youtube.com/watch?v=5818UIPASfM&t=1s>

Plantações de monocultura de eucaliptos e seringueiras promovem fome nas comunidades rurais

Frente da promoção da monocultura de árvores como solução para a crise climática, sob o falso pretexto do ‘reflorestamento’, famílias atingidas por plantações de árvores em Moçambique, Tanzânia e Brasil, mais uma vez denunciaram os graves impactos das monoculturas de árvores em suas vidas e meio ambiente.

Com recurso a promessas de oferta de empregos permanentes, desenvolvimento, construção de escolas, abertura de ruas e furos de água, as plantações de eucaliptos e seringueiras ocupam grandes extensões de terras férteis das famílias rurais contribuindo desta forma para escassez de terra para a produção de alimentos e o aumento da fome nas comunidades.

Numa altura em que o Governo de Moçambique defende, a todo rigor, e promove o estabelecimento de plantações de monocultura de árvores como uma das soluções para a crise climática, sob o falso pretexto de “reflorestamento”, representantes das famílias afectadas pelas plantações de árvores de Moçambique (nas províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Nampula), Tanzânia e Brasil, reunidas no dia 21 de Setembro Dia Internacional de Luta contra as Plantações Industriais de Árvores, denunciaram uma vez mais os graves impactos das plantações de monocultura de árvores nas suas vidas e no ambiente.

Representantes das comunidades denunciaram, ainda, a destruição do ecossistema, machambas, fontes de água e sistemas de produção dos nativos, levando ao agravamento e aprofundamento da miséria nas famílias das comunidades rurais, poluição dos ecossistemas, solos e recursos hídricos como resultado do uso excessivo e descontrolado de pesticidas, fertilizantes químicos e agro-tóxicos.

“...os eucaliptos e seringueiras ocuparam e destruíram as terras férteis das machambas e hoje as famílias não têm mais como se alimentar e algumas não têm mais onde morar. Se o eucalipto fosse um alimento, seria bem melhor, mas não é. Além disso, as empresas destroem as árvores nativas e usam produtos químicos que contaminam o solo e a água. Poços e rios secaram e a água potável ficou escassa”.

“Quando alguém resolve fazer machamba em terras que a empresa alega ser sua, a pessoa é intimidada e ameaçada. Isso ocorre também quando alguém apresenta uma queixa junto aos seus líderes ou governantes locais”.

Movidos por um sentimento de angústia e de revolta, os participantes da reunião do dia 21 de Setembro, revelaram que a terra onde produzem o milho, a mandioca e feijões, constitui o único meio de sobrevivência, razão pela qual, há anos, estas comunidades resistem às plantações de monocultura de eucalipto das empresas Green Resources em Moçambique e na Tanzânia, da empresa Portucel em Moçambique; empresa Investimentos Florestais de Moçambique (IFM) e as plantações de monocultura de seringueira da empresa Mozambique Holdings em Moçambique.

Os apelos das comunidades afectadas têm sido largamente ignorados pelo Governo, as denúncias e queixas apresentadas quando respondidas são tratadas de forma leviana, minimizando a qualquer custo as alegações e o sentimento das pessoas que enfrentam diariamente a dura realidade das monoculturas de árvores dentro dos seus espaços de vida. Apesar das inúmeras evidências de que nenhum dos investimentos em plantações gerou de

facto melhoria das condições de vida das comunidades o Governo insiste em promover plantações de monocultura, recusando-se a reconhecer os inúmeros problemas já evidentes deste modelo extrativista, comprovadamente falhado.

Do encontro resultou uma carta pública que pode ser acessado aqui: <https://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/carta-publica-do-encontro-internacional-como-resistir-as-plantacoes-de-monocultura/>, e pedimos a todas e todos divulgar amplamente,

*Acção Académica Para O Desenvolvimento Das Comunidades Rurais (ADECURU),
Justiça Ambiental Moçambique (JA!)/Amigos da Terra - Moçambique,
Associação de Jovens Combatentes Montes Errego (AJOCME),
Missão Tabita e
WRM*

RECOMENDADOS

Em meio à pandemia, invasões de terras e assassinatos de indígenas aumentaram em 2020

O Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2020”, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), do Brasil, apresenta o retrato de um ano trágico para os povos originários no país. A grave crise sanitária provocada pela pandemia, ao contrário do que se poderia esperar, não impediu que grileiros, garimpeiros, madeireiros e outros invasores intensificassem ainda mais suas investidas sobre as terras indígenas. As violências praticadas contra os Povos Indígenas e seus territórios são condizentes com o discurso e as práticas de um governo que tem como projeto a abertura das terras indígenas à exploração predatória, atuando no sentido de disponibilizar essas áreas para a apropriação privada e favorecendo os interesses de grandes empresas do agronegócio, da mineração e de outros grandes grupos econômicos. Leia o relatório em português [aqui](#). E acesse o sumário executivo em [Espanhol](#), [Francês](#), e [Inglês](#).

“O debate sobre o clima não é uma questão de moléculas de CO₂”

A rede Oilwatch América Latina divulgou esta declaração, em outubro de 2021, para enfatizar a urgência de garantir que as energias dos combustíveis fósseis permaneçam no subsolo. A declaração destaca a ilusão causada por termos como “emissão líquida zero”, “neutralidade de carbono”, “soluções baseadas na natureza” ou REDD, e afirma que “fingir que enfrentar as mudanças climáticas é uma questão de medir e gerenciar moléculas de CO₂” é uma forma de privilegiar o mercado e sujeitar as comunidades tradicionais a violações dos direitos humanos e da natureza, ao mesmo tempo em que piora o aquecimento global. “Leia a declaração em [inglês](#), [espanhol](#) e [português](#).”

Vozes de uma plataforma regional do Sudeste Asiático

A Semana Ambiental Mekong/ASEAN (MAEW) é uma plataforma regional anual e um processo para um intercâmbio mais profundo entre as pessoas na região do Sudeste Asiático, onde os principais atores podem trocar, analisar e debater informações sobre questões emergentes que os afetam significativamente. Este ano, o foco foi “Redesenhar a ASEAN: Vozes dos Povos em Crises Mundiais”. As discussões englobaram a situação ambiental, bem como os aspectos econômicos, políticos e outros que impactam a região e seu povo. As apresentações incluem: energia na região, ecologia do Mekong, crise climática, poluição transfronteiriça, resíduos plásticos e poluição do oceano, restrição do poder dos jovens, desagregação digital, moeda digital, economia verde, economia azul, o papel da ASEAN e a geopolítica das potências globais e regionais. Leia mais e veja as apresentações, em inglês e tailandês, aqui: <https://maew2021.simdif.com/>

Expansão da energia eólica na China e o corte de balsa no Equador

Em uma publicação recente, a organização equatoriana Acción Ecológica destaca como o extrativismo da madeira balsa afetou os territórios indígenas amazônicos, tanto no tecido social como nas florestas (incluindo a Reserva de Fauna Cuyabeno) ao pé da Cordilheira dos Andes. A “explosão” na demanda por balsa está relacionada à indústria eólica da China pois, nos últimos anos, ela foi o país que mais construiu parques eólicos. A publicação também aborda a forma como está estruturado o negócio da balsa no Equador bem como seus principais produtores e exportadores. [Leia aqui, em espanhol](#).

“Ópio Climático”: Colocando Baleias nos Mercados de Carbono

Um trecho de um livro intitulado “Climate Opium” explora a forma como estamos vivenciando uma overdose de falsas soluções para a mudança climática, tanto que os maiores mamíferos do planeta estão incluídos à força em esquemas de precificação de carbono. O trecho enfoca a forma como as baleias estão sendo reduzidas a uma oportunidade gigante para o negócio de compensação de carbono com base na quantidade de CO2 que absorvem e na forma como seus excrementos ricos em ferro servem de alimento para pequenas algas marinhas chamadas fitoplâncton, que também absorvem CO2.

<https://globaljusticeecology.org/wp-content/uploads/CLIMATE-OPIUM-SAVE-THE-WHALES-from-the-Carbon-Market-long-version-POST-1.pdf>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte:

Boletim 258 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Comunidades resistem à concentração de terras e às plantações de árvores. A cúpula do clima 2021 causará mais de ambas!" (<https://wrm.org.uy/pt/>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM
"Resistência a múltiplas táticas para expandir as monoculturas"?
[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolívia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>